



CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA N.º 11/21, DE 31 DE MAIO DE 2021

PRESENTES:

Sr. Presidente da Câmara, Mário de Almeida Loureiro
Sr. Vice-Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz
Sra. Vereadora, Eng.ª Sílvia Maria dos Prazeres Ferreira Carvalho
Sr. Vereador, Dr. António Manuel Fonseca Oliveira
Sr. Vereador, Dr. António Luís da Silva Martins
Sr. Vereador, Carlos Alberto dos Santos
Sr. Vereador, Joaquim Manuel da Fonseca Garcia

Pelas 9 horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, realizou-se a reunião extraordinária do Órgão Executivo, em cumprimento do artigo n.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário de Almeida Loureiro.

Antes de entrar na Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente deu nota que no dia de hoje, vai iniciar-se em Tábua a campanha de sensibilização e educação ambiental, da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, efetuada através da utilização de uma viatura devidamente apetrechada com equipamentos audiovisuais e interativos, como forma de levar à comunidade escolar e população em geral, informação inerente ao processo de reciclagem e respetivas práticas a serem adotadas nesse âmbito, informando ainda que na próxima sexta-feira irá comemorar-se, na sede da referida Associação, o "Dia do Ambiente".

Neste contexto, convidou os Senhores Vereadores para a cerimónia de receção a efetuar, nos Paços do Município, ao Presidente em exercício e ao Sr. Secretário Executivo da AMRPB, no final dos trabalhos da presente reunião, bem como para o almoço a oferecer aos mesmos.



CÂMARA MUNICIPAL

Seguidamente, deu início à presente reunião, que após apresentação de cumprimentos a todos os elementos do executivo e técnicas de apoio ao secretariado, passou de imediato ao ponto 1 da Ordem de Trabalhos, como se indica:

I – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

CONTABILIDADE

1. APRECIACÃO E APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2019/RELATÓRIO DE GESTÃO.

Deliberação n.º 154 - Em cumprimento do disposto no constante da al. (d) do Anexo III, 1 do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o SNC – AP, apresenta-se o presente relatório de gestão que acompanha as contas individuais do ano de 2020 do Município de Tábua, visando complementar as informações constantes das demonstrações financeiras e orçamentais, nos termos do plasmado na NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, NCP 26 — Contabilidade e Relato Orçamental e NCP 27 – Contabilidade de Gestão.

Com efeito, a NCP 1 prevê um conjunto de demonstrações financeiras:

- Um balanço;
- Uma demonstração dos resultados por natureza;
- Uma demonstração das alterações no património líquido;
- Uma demonstração de fluxos de caixa; e
- Anexo às demonstrações financeiras (notas compreendendo um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas).

A NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental prevê um conjunto de demonstrações orçamentais de relato:

- Uma demonstração do desempenho orçamental;
- Uma demonstração de execução orçamental da receita;
- Uma demonstração de execução orçamental da despesa;



CÂMARA MUNICIPAL

- Uma demonstração da execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
- O anexo às demonstrações orçamentais.

De igual modo, foi presente o Draft da Certificação Legal das Contas, da empresa Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., documento que se dá por, integralmente, reproduzido.

Sobre os documentos de Prestação de Contas, o Senhor Presidente da Câmara fez uma exposição, salientando todos os pontos focados nos mesmos, prestando igualmente os esclarecimentos que, na especialidade, foram solicitados.

Balanço:

- Total do ativo – 39.965.463,93 €
- Total do Património Líquido – 31.105.599,37 €
- Total do Passivo – 8.859.864,56 €.

Demonstração de Resultados:

- Rendimentos – 11.231.820,93 €;
- Gastos – 10.767.368,08 €.

Resultado Líquido – 464.452,85 €

Demonstração de Fluxos de Caixa:

- Recebimentos – 13.108.941,98 €;
- Pagamentos – 13.153.292,70 €.

Desempenho Orçamental:

- Recebimentos: 13.108.288,55 €;
- Pagamentos: 13.043.754,75 €.

Saldos de Operações Orçamentais do Desempenho Orçamental:

- Saldo Inicial: 114.852,78 €;
- Saldo Final: 64.533,80 €.

Saldos de Operações de Tesouraria do Desempenho Orçamental:

- Saldo Inicial: 188.364,84 €;
- Saldo Final: 194.333,10 €.



CÂMARA MUNICIPAL

Antes de proceder à votação do ponto em referência e considerando que a presente reunião tem por finalidade a Apreciação e Aprovação dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2020 e Relatório de Gestão, o Senhor Presidente começou por dar nota que, para o dia de hoje estavam marcadas diversas reuniões por parte de alguns municípios, sobre esta matéria que foi abordada na reunião da CIM Região de Coimbra, realizada na passada sexta-feira, assim como, na da CIM Região Dão Lafões, no que respeita à data da realização das mesmas, face às alterações, entretanto, ocorridas ao SNCAP, exteriorizando que *"foi sempre contra a interpretação de que a reunião de Câmara teria de se realizar até 31 de maio, quando a sessão da Assembleia Municipal tem lugar até 30 de junho. Contudo, e mercê do esforço de todos, fizemos todos os possíveis para ter tudo pronto nessa data, conseguindo fechar-se este dossier, contrariamente a outros Municípios que, devido a dificuldades no fecho da prestação de contas, tiveram de questionar a DGAL quanto à exigência da reunião dos órgãos executivos até 31 de maio, que não faz sentido, quando a sessão do órgão deliberativo se realiza até 30 de junho, bastando apenas que os documentos inerentes à Prestação de Contas sejam remetidos aquele órgão, para efeitos de aprovação, nos cinco dias que antecedem a realização da sessão do mesmo, tendo a DGAL esclarecido os municípios que questionaram a situação que os prazos legais devem ser cumpridos, conforme documento que lhe foi mostrado por um Presidente de Câmara. Não tem sido uma matéria fácil mas foram as conclusões a que se chegaram"*.

Após a explicação dada, agradeceu, desde logo e neste sentido, aos Senhores Vereadores pela recetividade manifestada ao aceitarem que a reunião se realizasse na manhã do dia de hoje.

Prosseguiu fazendo algumas considerações aos documentos apresentados e remetidos para apreciação dos mesmos, inerentes à Prestação de Contas, que sofreram alguma alteração daquilo que era o habitual devido à introdução das normas do SNC-AP, focadas nas primeiras páginas do Relatório de Gestão 2020 e que fazem precisamente alusão à matéria explanada, designadamente, no que



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

concerne, “à forma como deviam ser aprovadas as contas, quais eram as determinações e quais os documentos que, no fundo, o SNC-AP impõe para a Prestação de Contas, assim como, refere as datas da aprovação pela Assembleia Municipal e envio ao Tribunal de Contas até 30 de junho, sendo que a aprovação deveria ocorrer até 31 de maio, no caso do Órgão Executivo”, como esclareceu.

Continuando a análise ao Relatório de Gestão, destacou entre outros, o capítulo dos Recursos Humanos identificado por faixas etárias e pelas respetivas funções, que regista este ano, como é do conhecimento de todos, uma alteração significativa no mapa do pessoal, tendo em consideração a assunção de responsabilidades e delegação de competências, no âmbito da Educação, que implicou a transferência de dezenas de funcionários para o Município, a acrescer ao quadro de pessoal existente, situação que se vai refletir, obviamente, na Receita e na Despesa, assim como, os colaboradores que têm estado ao serviço, de acordo com as medidas de emprego e, também, a nível de formação profissional, que em 2018 registou um número de horas bastante significativo, comparativamente aos anos de 2019 e 2020, tendo em consideração o grande volume de formação facultado através da própria Comunidade Intermunicipal, que foi toda aproveitada.

Contudo e apesar do investimento ter tido uma redução no ano de 2019 em relação a 2018, a situação foi invertida em 2020, relativamente a 2019, com um novo aumento do investimento em formação, superando a que foi efetuada em 2018.

No âmbito dos Fundos Comunitários, fez referência aos valores do investimento total, investimento elegível, montantes pagos, comparticipação recebida e por receber, explicando, neste sentido, que a 31 de dezembro ainda havia por receber 1.040.359,02 €, sensivelmente, valor muito significativo em todos os projetos elencados na tabela do Relatório em análise, alguns já concluídos e outros em conclusão.

A propósito de fundos comunitários, aproveitou para transmitir que na passada sexta-feira a CCDRC o informou que a candidatura no âmbito dos danos



CÂMARA MUNICIPAL

provocados pela tempestade “Elsa”, ocorrida no ano de 2019 e submetida no final do mês de abril, foi aprovada.

Em sede das atividades municipais, designadamente, no que concerne às iniciativas dinamizadas pelo Município que, a partir de março de 2020, tiveram de ser adaptadas ao contexto da pandemia Covid-19, vivida no país, fez uma súmula de algumas ações desenvolvidas e merecedoras de destaque, nas áreas da Ação Social, Educação, Formação e Empreendedorismo Jovem, Cultura, Desporto, Ambiente e Florestas, Juventude, Mercado Municipal, Turismo, Feiras e Obras.

Fez, igualmente, referência às despesas no âmbito do Covid-19 que serão financiadas, mas que, até ao momento, não foi rececionada qualquer verba, ultrapassando as mesmas os 250 mil euros.

No que concerne à análise orçamental, designadamente, da receita e da despesa, referiu haver em 2020 um ligeiro acréscimo, em relação a 2019, como se pode constatar no mapa de execução orçamental.

Prosseguiu, referenciando a evolução da receita cobrada líquida, que no ano de 2020, ascendeu a 13.108.288,55€, representando a receita corrente 70,19% daquele montante e a receita de capital 28,92%, assim como, outras receitas orçamentadas.

Destacou, igualmente, as receitas próprias do município que apresentam uma ligeira descida, comparativamente a 2019, tendo em consideração que o ano de 2020, como já teve oportunidade de referir, foi marcado pelo cenário da pandemia Covid-19.

De igual modo, salientou as isenções concedidas ao abrigo do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas, na área do urbanismo, às entidades e pessoas, cujas habitações e anexos foram destruídas nos incêndios de 15 de outubro de 2017, que ascendeu a 18.952,10€, bem como, os benefícios/apoios, isenções e reduções concedidas, também, a empresas, associações e particulares, no valor de 29.130,53€.



CÂMARA MUNICIPAL

Sobre as mesmas, referiu tratar-se de um assunto importante que, como vem defendendo ao longo dos tempos, *"gostaria ver espelhado na Prestação de Contas, por ser uma receita que nos competia arrecadar"*.

Da análise ao mapa de execução orçamental da despesa, referiu que o ano 2020, regista um total de execução global de 62,71%, seguindo a mesma linha de conta com aquilo que foi a receita.

Prosseguiu abordando a estrutura das Grandes Opções do Plano (GOP), constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e pelas Atividades mais Relevantes (AMR), bem como a execução orçamental do exercício 2020 que apresenta um saldo global de 64.533,80€.

Sobre a análise económico-financeira ao Balanço, devidamente identificada no Relatório em apreço, verifica-se a existência de um resultado líquido positivo em 2020, de 464.452,85€, apesar das alterações verificadas a nível do património, em que o prazo de vida útil dos bens foi reduzido, onerando o orçamento nesse sentido, pelo que o considera bastante significativo, comparado com o de 2019 que apresentava um resultado negativo, no valor de 288.375,11€, e que, na sua perspetiva, *"é fruto do esforço tido e de uma gestão muito rigorosa"*.

Sublinhou ser muito importante que, *"nesta transição não tenhamos sido, de alguma forma, muito penalizados, facto que se deveu ao controle orçamental permanente efetuado nos últimos anos. Como todos se apercebem, temos estado a reduzir, de ano para ano, aquilo que foram os resultados líquidos negativos e agora, felizmente, atingimos um resultado líquido positivo"*, defendendo, neste sentido, *"que deve continuar a manter-se o controle e o rigor na gestão municipal"*.

No que respeita aos Rendimentos, incluídos na Demonstração de Resultados, constata-se o valor total de 11.231.820,93€, resultante das transferências e subsídios obtidos e que é superior aos rendimentos de 2019, com uma diferença de cerca de um milhão de euros.

Clarificou que este desfasamento se deveu a alteração do normativo contabilístico para SNC-AP, assim como, de uma reclassificação do FEF.



CÂMARA MUNICIPAL

Relativamente à despesa, regista-se um aumento de cerca de duzentos mil euros, em relação a 2019 e que respeitam, designadamente, a gastos com o pessoal, fornecimentos e serviços externos, assim como, aos gastos/reversões de depreciação e amortização.

Sobre o Resultado Líquido do Exercício de 2019 para 2020, verifica-se a apresentação de um resultado positivo, no valor no valor de 464.452,85€, que de acordo com o plasmado na Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho, terá de ser transferido para a conta 56 – Resultados Transitados, manifestando-se regozijado por isso.

No que concerne ao limite da dívida total, salientou que a 31 de dezembro de 2020, o valor inerente à mesma se encontra dentro dos limites legais, pelo que o Município de Tabua dispõe de uma margem utilizável no valor de 1.068.962,43€, conforme se pode constatar no Relatório em análise.

Quanto à Regra do Equilíbrio Orçamental, prevista no n.º 2, do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua versão atual, referiu que a Prestação de Contas de 2020 observa o seu cumprimento, ainda com um excedente de 73.650,45€, embora a sua aplicação tenha ficado suspensa no ano de 2020, por força do plasmado no artigo 7.º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, mas como referiu *“ainda bem que cumprimos, pois é sinal que o nosso desempenho financeiro correu bem”*.

No que respeita ao valor das amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo, contratados antes de 2013, referiu que na sua maioria estão liquidados.

Em relação aos pagamentos em atraso, informou que também se regista uma redução em relação ao ano anterior.

Por último, fez referência à Contabilidade de Gestão elaborada pela Técnica Superior, Nádia Soares, que espelha os gastos municipais por Classificação Funcional, Centros de Responsabilidade e por Bens e Serviços, concluindo-se que as Funções Sociais continuam a absorver a maioria dos recursos municipais, com aproximadamente 45% dos gastos totais, situando-se o



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue and black ink]

volume global de gastos do Município de Tábua nos 10.770.656,50€, isto é, cerca de 99,98% dos gastos apurados na demonstração de resultados.

Finalizou, referindo estar disponível, assim como a Senhora Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dra. Sofia Félix, para prestarem os esclarecimentos julgados necessários sobre os documentos em apreciação, passando a palavra aos Senhores Vereadores.

Interveio o Senhor Vice-Presidente, Dr. Ricardo Cruz que após apresentação de cumprimentos a todos os presentes, gostaria de efetuar algumas referências ao que já foi explanado pelo Senhor Presidente, *"começando pelos benefícios que foram dados, neste ano, aos particulares e também às empresas, estando em questão quase 50 mil euros, divididos entre cerca de 18 mil euros aos particulares e cerca de 30 mil euros às empresas. Sendo, portanto, impostos que a Câmara, neste caso, deixa de receber"*.

Uma segunda nota, respeita *"ao investimento nas GOP, na área da Educação, que se cifra em 787 mil euros. Portanto, uma aposta clara que, efetivamente, o Município de Tábua tem nesta área"*.

Outro investimento que destacou prende-se com o saneamento, basicamente todo executado fora da Vila, com um valor de cerca de dois milhões euros.

De igual modo, frisou *"o peso que os Recursos Humanos têm dentro da nossa instituição, como pode constatar-se no próprio Balanço, que apresenta face à descentralização, 160 colaboradores que estão afetos a outras áreas e 105 afetos à área da Educação, e que representa um peso brutal naquilo que é o nosso desempenho"*.

Como notas finais, destacou *"os Resultados Líquidos e o Senhor Presidente está de parabéns sobre esse desempenho, em que pela primeira vez, nalguns anos, temos um resultado líquido positivo. Na última Prestação de Contas e no resultado do ano passado, teve a oportunidade, também, de pronunciar que a tendência apesar estar ainda negativa, era uma tendência que estava em*



CÂMARA MUNICIPAL

recuperação. Portanto, o resultado de 2020, comparativamente com 2018 e 2019, é salutar e há que subscrever este esforço que foi feito para atingirmos este patamar".

Finalizou, fazendo referência às Funções Sociais que "ao olharmos para o documento, tanto no Ensino como na parte da Ação Social, como na parte do Saneamento, estamos a falar de quase cinco milhões, que ocupa dentro da nossa estrutura da Câmara 44,51%. Portanto, há que valorizar isso. E, este Município e este Executivo valoriza estas Funções Sociais e acresce, assim, qualidade de vida aos nossos munícipes", como disse.

Seguidamente, interveio a Senhora Vereadora, Eng.^a Sílvia Ferreira que após saudar os presentes, referiu que "quem trabalha com o Presidente Mário Loureiro percebe que o equilíbrio orçamental é uma batalha, e percebeu isso ao longo destes quatro anos. No entanto, mesmo estando sempre focado no equilíbrio orçamental, as obras continuam a executar-se, assim como o investimento no Município, daí achar que está de parabéns pelo seu excelente trabalho".

De igual modo, usou da palavra o Senhor Vereador, Dr. António Oliveira, referindo, após apresentação de cumprimentos a todos os presentes, que "ser Vereador deste Executivo, é uma satisfação, face ao resultado obtido no ano anterior. Será um dos resultados mais favoráveis, dos últimos quatro anos, mas atreve-se a dizer que será dos melhores da última década, tal como o Senhor Vice-Presidente disse, embora, ainda tenhamos um deficit, mas é um dos melhores resultados. Há a crescer aqui, efetivamente, o investimento que tem estado a decorrer, assim como, os anos difíceis que tivemos, nomeadamente, este último cuja pandemia veio baralhar, de certa forma, o planeamento e o orçamento que nada contemplava o Covid-19. Portanto, chegarmos a este resultado, fica satisfeito, sentindo-se contente por fazer parte de uma equipa que, realmente, consegue atingir este objetivo. Portanto, o Senhor Presidente está de parabéns".

Usou da palavra o Senhor Vereador Carlos Santos, para referir, na qualidade de Presidente da Concelhia do PSD que "Obviamente, que o combate



CÂMARA MUNICIPAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

político nos faz ter alguns cabelos brancos e estando na oposição nem sempre é fácil encontrar uma brecha para entrar. Admito isso, mas como sou aguerrido aproveito tudo e mais alguma coisa que possa para fazer combate político. É essa a minha função. É a oposição a fiscalizar. Agora como Presidente do PSD e como V.Exa. veio de lá e olhando estas Contas, elas são à PSD. Não sei se é por estar a sair. Estas Contas não são do PS, porque eu conheço um pouco dos dois Partidos (...) Uma coisa é o combate político outra coisa é a responsabilidade financeira. Senhor Presidente é claro que tive muitas dificuldades no combate político consigo, inconclusivo, inclusivamente para preparar a campanha, que não foi fácil. Era preciso pegar em muitos resquícios. Mas não era Mário loureiro. Era mais Ivo Portela. Mas o Presidente era V.Exa. e eu estava a combatê-lo a si. Claro que não tenho dúvidas e disse-o aqui muitas vezes. O homem Mário Loureiro não podia ser o político, mas V.Exa. é aquilo que sempre foi e que me habituou a conhecer desde os meus 15/16 anos (...) Conhecia-o mais profissionalmente porque sempre o vi aqui e agradeço, também, politicamente as brechas que o Senhor Presidente me deu e eu aproveitei, claro. Mas, para estas Contas, desde o início, como já conversamos, V.Exa. teve um mote para reduzir e reduziu. Claramente, como partido político, não queremos passar por cima dos nossos colegas da Assembleia, que irão analisá-los, na próxima Sessão da Assembleia, até porque a documentação chegou e o sistema é novo. Mas o nosso voto nem é sim, nem é não e acho que V.Exa. merece, nas últimas Contas, uma abstenção, que no fundo, é um louvor ao seu trabalho e que continue perto de nós e que faça algo para ajudar o concelho de Tábua como tem feito. Não tenho mais palavras. Apenas dizer, em relação a mim, que se separe a política do homem. Sei que é uma pessoa séria e o combate político é difícil (...), mas o debate de ideias enaltece a democracia e não sinto que tenha aqui nenhum inimigo (...).Tenho pena por ter ficado doente, porque o combate estava preparado (...),mas ainda temos muito trabalho pela frente".

Interveio Dr. António Martins para acrescentar que "se, eventualmente, ficar o PS, no futuro, que esta escola continue com esta evolução. Ficando-lhe a ideia



CÂMARA MUNICIPAL

de que os empréstimos foram sempre reduzindo paulatinamente e de que as Contas foram sempre acertadas. Portanto, só desejo sinceramente que, quer de um lado ou do outro, que esta escola continue. O Senhor Presidente está aqui a meio, que fique esta política”.

Findas as intervenções e não havendo quaisquer esclarecimentos aditivos a prestar, o Senhor Presidente colocou os referidos documentos à consideração da Câmara, tendo sido aprovados por maioria, com quatro votos a favor, zero votos contra e três abstenções, bem como submeter a presente deliberação à Assembleia Municipal para apreciação e votação, de acordo com a alínea i) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

2. 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E 1.ª REVISÃO ÀS GOP DO ANO 2021.

Deliberação n.º 155 - Presente a informação n.º 12/2020, datada de 24 de maio em curso, da Técnica Superior, Marisa Andrade, com a concordância da Chefe da DAF e acompanhada dos respetivos quadros anexos, referentes à Revisão n.º 1 ao Orçamento da Receita e Revisão n.º 1 ao Orçamento da Despesa, ambas de 2021 e Modificações às Grandes Opções do Plano – GOP (PPI e AMR), documentos que se dão por reproduzidos, para reforço de rubricas decorrente da incorporação do saldo de gerência de 2020 e das reposições não abatidas nos pagamentos, bem como para a inclusão de um novo projeto associado a investimentos que serão financiados através do Fundo de Emergência Municipal, visando a reconstrução de bens e equipamentos danificados pela Tempestade Elsa.

Prestados os devidos esclarecimentos a Câmara deliberou por unanimidade, com sete votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar as referidas Revisões ao Orçamento e às GOP do ano 2021, nos moldes e considerações descritas nos documentos apresentados, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, bem como submeter a presente deliberação à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea a), do n.º 1, do



CÂMARA MUNICIPAL

artigo 25.º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

As presentes deliberações foram aprovadas, quanto a esta parte, pela minuta da ata n.º 11/2021, para produção de efeitos imediatos, de acordo com o plasmado nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o n.º 6, do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

Antes do encerramento da presente reunião e, embora seja uma reunião extraordinária, o Senhor Presidente da Câmara propôs, caso o Executivo lhe permita, que ficasse exarado em ata um reconhecimento a todos Colaboradores do Município relativo ao ano 2020, tendo em consideração a forma excecional como se esforçaram e assumiram as responsabilidades, no âmbito do Covid-19 e, em particular, um voto de louvor à Senhora Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Dra. Sofia Félix, a todo o pessoal afeto à Contabilidade, aos Recursos Humanos, Contabilidade de Gestão e ao Património, pela colaboração e empenho tidos nesta Prestação de Contas do ano 2020 e nestes resultados.

Colocadas as mencionadas propostas, foram as mesmas aprovadas por maioria, com seis votos a favor e uma abstenção.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas e trinta minutos.

E, eu, Maria José Mendes Dias das Neves, Coordenadora Técnica, servindo de Secretária, a redigi e também subscrevo.

O Presidente da Câmara,

A Secretária,

